

Carolina do Céu Massena Machado, escrivã-adjunta do Tribunal do Comércio de Vila Nova de Gaia — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal da Comarca de Vieira do Minho.

(Aceitação: dois dias.)

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Maio de 2005. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 12 569/2005 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Maio de 2005 do subdirector-geral da Administração da Justiça:

José Miguel Paredes da Costa, escrivão-adjunto das Varas de Competência Mista Cível e Criminal de Guimarães — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal da Comarca de Felgueiras. João da Silva Peixoto, escrivão-adjunto do Tribunal da Comarca de Felgueiras — autorizada a permuta para idêntico lugar das Varas de Competência Mista Cível e Criminal de Guimarães.

(Aceitação: dois dias.)

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Maio de 2005. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Despacho n.º 12 570/2005 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Maio de 2005 do director-geral:

Licenciado Martinho Nogueira Silva, conservador do registo predial de Silves — autorizada a prorrogação da requisição nos serviços centrais desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a contar de 8 de Maio de 2005. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

13 de Maio de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 12 571/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de 14 de Abril de 2005:

Agostinho Alarico Álvaro da Costa, escriturário do quadro de pessoal paralelo do município de Lisboa, afecto à Conservatória do Registo Comercial de Lisboa — autorizado o destacamento para exercer funções nos serviços centrais desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a contar de 2 de Maio de 2005. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

16 de Maio de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 12 572/2005 (2.ª série). — Por despacho de 5 de Maio de 2005 do director-geral:

Licenciada Eugénia Maria Lopes Pimpão, conservadora do registo civil de Leiria — autorizada a prorrogação da requisição nos serviços centrais desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a contar de 27 de Maio de 2005.

Licenciada Isabel Cristina Saavedra Afonso Branco, conservadora dos registos civil e predial de Monção — autorizada a prorrogação da requisição nos serviços centrais desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a contar de 19 de Maio de 2005.

Licenciado João José Gonçalves Antunes Afonso, notário do Cartório Notarial de Elvas — autorizada a prorrogação da requisição nos serviços centrais desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a contar de 1 de Junho de 2005.

Licenciada Maria Sílvia Chichorro Medeiros Silva Torres, notária do 19.º Cartório Notarial de Lisboa — autorizada a prorrogação da requisição nos serviços centrais desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a contar de 7 de Maio de 2005.

Licenciado Paulo Manuel de Sousa Eira Ramos Jerónimo, conservador do registo predial de Elvas — autorizada a prorrogação da requisição nos serviços centrais desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a contar de 10 de Maio de 2005.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

16 de Maio de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 12 573/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de 9 de Maio de 2005:

Rosalina Maria Duarte Moura, segunda-adjunta da Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial do Crato — nomeada para idêntico lugar da Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial e Cartório Notarial de Arronches (3.º escalão, índice 235), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

16 de Maio de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 12 574/2005 (2.ª série). — Por despachos do director-geral de 11 de Maio de 2005:

Carlos Alberto Rocha da Encarnação, segundo-adjunto da Conservatória dos Registos Comercial e Automóveis de Braga — nomeado para idêntico lugar da Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial de Amares (3.º escalão, índice 235), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Leonel António Carvalho de Almeida, segundo-adjunto da Conservatória do Registo Civil de Baião — nomeado para idêntico lugar da Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial de Resende (5.º escalão, índice 255+305/2), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

23 de Maio de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 12 575/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de 13 de Maio de 2005:

Celino Augusto, escriturário superior da Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial do Sabugal — nomeado segundo-adjunto da Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Cartório Notarial de Belmonte (2.º escalão, índice 225), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

23 de Maio de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 12 576/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de 13 de Maio de 2004:

Maria Leonor Rafael das Neves Rodrigues Vieira de Almeida, primeira-adjunta da Conservatória do Registo Predial de Portimão — nomeada ajudante principal dos mesmos serviços (2.º escalão, índice 315), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

23 de Maio de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho n.º 12 577/2005 (2.ª série). — Por despachos do director da Polícia Judiciária Militar e do director nacional da Polícia Judiciária:

Maria Olga Oliveira Mota Pinho, técnica profissional principal do quadro de pessoal civil da Polícia Judiciária Militar, a exercer funções em regime de requisição na Polícia Judiciária — transferida como especialista-adjunta do escalão 1 para o quadro da Polícia Judiciária, com efeitos a partir de 3 de Maio de 2005. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Maio de 2005. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Instituto de Reinserção Social

Despacho (extracto) n.º 12 578/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 9 de Maio de 2005:

Licenciada Maria Lucinda Rosa Neto, técnica superior principal da carreira técnica superior de reinserção social do quadro de pessoal deste Instituto — designada coordenadora da equipa de Ponta Delgada Família e Menores, por um período de seis meses, renováveis, com efeitos a 1 de Junho de 2005 (índice 710). (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Maio de 2005. — Pela Presidente, o Director do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *Fernando Assunção*.

Despacho (extracto) n.º 12 579/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 28 de Abril de 2005:

Licenciado António Rogério Cabral Rodrigues Canhões, assessor da carreira técnica superior, do quadro deste Instituto — nomeado, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável, director do Centro Educativo Navarro de Paiva, da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, do Instituto de Reinserção Social, tendo sido cumpridos os procedimentos de selecção para o recrutamento de titulares de cargos de direcção intermédia, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e dos n.ºs 1, 3, 4 e 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com efeitos a 28 de Abril de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Maio de 2005. — A Presidente, *Maria Clara Albino*.

Síntese do curriculum vitae

1 — Elementos de identificação — António Rogério Cabral Rodrigues Canhões, nascido em 2 de Março de 1955, natural de São Pedro do Sul.

2 — Habilitações literárias — licenciado em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa e pós-graduado em Protecção de Menores (Prof. Doutor F. M. Pereira Coelho) pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

3 — Carreira profissional — ingresso na carreira técnica superior em 13 de Maio de 1988, na ex-Direcção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores, após concurso e depois de ter sido docente desde 14 de Dezembro de 1979, embora em regime de destacamento na Direcção-Geral de Educação de Adultos. Em 6 de Março de 1992 é nomeado técnico superior de 1.ª classe, após concurso. Em 7 de Abril de 1993 é nomeado director do Centro de Observação e Acção Social de Lisboa, depois Colégio de Acolhimento Educação e Formação da Bela Vista e ainda Centro Educativo da Bela Vista, funções que desempenhou até 28 de Janeiro de 2001, momento em que, a seu pedido, cessou a comissão de serviços. Em 1 de Fevereiro de 2001 é nomeado director do Departamento de Infância e Juventude do Instituto para o Desenvolvimento Social. Em 23 de Julho de 2001, através da portaria 1255/2001, é-lhe criado, no quadro de pessoal do Instituto de Reinserção Social, um lugar de assessor da carreira técnica superior. Em 17 de Novembro de 2003 é nomeado, em regime de substituição, director do Centro Educativo Navarro de Paiva.

4 — Actividade profissional mais relevante:

Ministério da Educação — Direcção-Geral de Educação de Adultos:

Formador de formadores;
Concepção e elaboração de materiais didáctico-pedagógicos de apoio às actividades de educação de adultos;

Ministério da Justiça — Direcção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores (DGSTM) e Instituto de Reinserção Social (IRS):

Adjunto do director do Centro de Observação e Acção Social de Lisboa;
Chefe da Divisão de Animação de Tempos Livres da DGSTM;
Director do Centro de Observação e Acção Social de Lisboa, mais tarde Centro Educativo da Bela Vista;
Presidente da Comissão de Protecção de Menores de Lisboa;
Director, em regime de substituição do Centro Educativo Navarro de Paiva;

Ministério do Trabalho e da Solidariedade — Instituto para o Desenvolvimento Social (IDS):

Director do Departamento de Infância e Juventude;

Outras funções:

Director Pedagógico da Escola Profissional Infante D. Henrique — Pólo de Lisboa;
Docente do Ensino Superior (Instituto Superior de Ciências Educativas e Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa);
Conferencista em diversas iniciativas no âmbito da infância e juventude.

Troféus:

«Menção honrosa» (1994) e «Quem faz mais pelas crianças» (1995) atribuídos pela revista *Pais e Filhos*.

5 — Formação profissional — principais seminários e acções de formação frequentados: formação de formadores; técnicas de educação não formal; como educar em situação de risco; psicologia judiciária, a criança e a família, gestão de recursos humanos, droga hoje em Portugal — Que respostas, crianças em risco, gestão por objectivos, bebé XXI, intervenção comunitária, os jovens e a justiça, *vouloir l'europe, des savoirs des hommes*, os jovens e a justiça, regime jurídico da função pública, indivíduos e organizações — gestão de relacionamento interpessoal, reforma do direito de menores, *percours d'insertion*, delinquência juvenil e comportamentos violentos em instituição, qualidade da actividade desenvolvida — avaliação e inovações, delinquência juvenil, causas e soluções, currículos alternativos — formação em exercício, aprender a aprender — teoria e prática da modificabilidade cognitiva, crimes ibéricos, relações pais e filhos — desafio fim de século, técnicas de tratamento residencial, formar para inserir, a lei tutelar educativa nos serviços de reinserção social, *adopción internacional*, eu criança quero ser, etc.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo**

Despacho n.º 12 580/2005 (2.ª série). — Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 35.º a 39.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, dos artigos 9.º e 10.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio, do despacho de delegação e subdelegação de competências n.º 23 130/2004, e do despacho de subdelegação de competências do vice-presidente José António Moura de Campos, subdelego na chefe de divisão Sónia Carnoto Pacheco as seguintes competências:

Proceder às diligências necessárias à inscrição do pessoal nos respectivos regimes de segurança social;
Requerer a apresentação à junta médica ordinária e extraordinária da Caixa Geral de Aposentações;
Prorrogar, nos termos legais, os prazos para os funcionários aceitarem as respectivas nomeações ou tomarem posse;
Autorizar deslocações em serviço em território nacional relativamente ao pessoal do serviço que dirige;
Assinar correspondência no âmbito do serviço que dirige.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua publicação, considerando-se ratificados os actos entretanto praticados pela subdelegada que se incluam no seu âmbito.

12 de Abril de 2005. — A Directora de Serviços, *Maria Rosa Fradinho*.

Despacho n.º 12 581/2005 (2.ª série). — Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 35.º a 39.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, dos artigos 9.º e 10.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio, do despacho de delegação e subdelegação de competências n.º 23 130/2004, e do despacho de subdelegação de competências do vice-presidente José António Moura de Campos, subdelego na chefe de divisão Paula Cristina Lopes Rebelo Monteiro Leal as seguintes competências:

Autorizar deslocações em serviço em território nacional relativamente ao pessoal afecto à área da gestão financeira;
Assinar correspondência no âmbito da gestão financeira.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua publicação, considerando-se ratificados os actos entretanto praticados pela subdelegada que se incluam no seu âmbito.

12 de Abril de 2005. — A Directora de Serviços, *Maria Rosa Fradinho*.

Despacho n.º 12 582/2005 (2.ª série). — Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 35.º a 39.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, dos artigos 9.º e 10.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio, do despacho de delegação e subdelegação de competências n.º 23 130/2004 e do despacho de subdelegação de competências do vice-presidente José António Moura de Campos, subdelego na chefe de divisão Dora Cristina Rodrigues Paulo as seguintes competências:

Autorizar despesas com aquisição de bens e serviços até ao montante de € 1500;
Autorizar deslocações em serviço em território nacional relativamente ao pessoal afecto à área de economato e património;
Assinar correspondência no âmbito do economato e património.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua publicação, considerando-se ratificados os actos entretanto praticados pela subdelegada que se incluam no seu âmbito.

12 de Abril de 2005. — A Directora de Serviços, *Maria Rosa Fradinho*.